



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO 1ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

| | |
|---|---|
| COMARCA | ANANINDEUA |
| UNIDADE INSPECIONADA | 1ª VARA DO JEC DE ANANINDEUA+PA |
| COMPETÊNCIA DA UNIDADE | CÍVEL |
| DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL | 25/10/2023 |
| RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE | ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECA |
| RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ | ELIANA CONCEIÇÃO VASQUES DA SILVA PEREIRA |

Foto1- Faixada do Prédio do Juizado





Foto2- Corredor do Prédio do Juizado



1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECA

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:

- a. Férias: 14/08/2023 a 08/09/2023
- b. Folgas compensatórias: -0-
- c. Licenças: -0-

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

Período de 25 a 28/09/2023 (Plantão unificado Ananindeua/Marituba/Benevides).



Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- Durante a inspeção, a equipe de servidores da unidade foi **orientada a fazer a verificação no perfil de plantão judicial quanto a existência de autos arquivados por ordem do magistrado**, bem como quanto a encaminhar os autos à Vara de originária (para qual o processo foi inicialmente distribuído no PJe) após o plantão, não sendo permitido redistribuir, arquivar ou remeter ao segundo grau em sede de plantão judicial.
- Ainda sobre o plantão, tendo em vista ser híbrido (**cível e criminal**), a Unidade foi orientada a **expedir os mandados de prisão diretamente no BNMP**, devendo a equipe responsável, ao final do plantão, providenciar a migração das peças ao Juízo competente (**modificação da competência - página 16 do Manual do BNMP**).

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

A Unidade informou que não havia processo, contudo, solicitado a Secretaria da CGJ informou (16/10/2023):

“Informo, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "Ananindeua – 1ª Vara do Juizado Cível - TJPá", não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares tramitando; Informo ainda, foi localizado expediente administrativo em andamento, a saber: PP nº 0002042-29.2023.2.00.0814 - conclusos em 20/06/2023 com a manifestação da Vara; Informo por derradeiro, que nada em tramitação foi localizado contra a magistrada titular da Vara, Dra. ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECA (assumiu em 03/02/2017).”

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

A última reunião ocorreu em 29/09/2023

1.6. Qual o total do valor em subcontas de depósitos judiciais sem movimentação há mais de três anos? Caso haja saldo repassado para o Estado, qual procedimento adotado para retorno às subcontas da unidade judicial?

Saldo de R\$ 91.795,07 (noventa e um mil, setecentos e noventa e cinco reais e sete centavos)

1.7. Está sendo realizado procedimento para transferência dos valores paralisados há mais de três anos ao Fundo de Reaparelhamento Judiciário (FRJ), em acordo à Lei Estadual 6750/2005?

Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- Durante a inspeção, a CGJ orientou a unidade em como fazer transferência dos valores paralisados há mais de três anos para o Fundo de Reaparelhamento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Judiciário, bem como de solicitar o recurso por ventura repassado para o Estado do Pará e refletiu sobre a importância de movimentar o recurso para o fundo do TJPA, principalmente em reconduzir os recursos enviados ao Estado de contas de terceiros.

RECOMENDOU-SE que seja cumprido o procedimento contido na Nota Técnica, constante na página inicial do Sistema de Depósitos Judiciais-SDJ referente aos valores a serem repassados para o FRJ.

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal.

2.1.1 Secretaria:

| Vínculo do(a) servidor(a) | Quantitativo |
|---|---------------------|
| Efetivos (as) | 04 |
| Exclusivamente comissionados(as) | -0- |
| Cedidos(as)/Requisitados(as) | -0- |
| Estagiários/as | 01 |
| Terceirizados/as | -0- |

2.1.2. Gabinete:

| Vínculo do(a) servidor(a) | Quantitativo |
|---|---------------------|
| Efetivos(as) | 02 |
| Exclusivamente comissionados(as) | 01 |
| Cedidos(as)/Requisitados(as) | -0- |
| Estagiários(as) | -0- |
| Terceirizados(as) | -0- |

O Mentor – IGP, consultado em 16/10/2023, registra seis efetivos e dois estagiários na secretaria, e, em gabinete, apenas um comissionado. A unidade, por sua vez, informa quatro efetivos em secretaria e dois em gabinete, totalizando seis, o que confere com a informação do sistema.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

| Informações Gerenciais de Pessoal - IGP | | | | |
|---|---|---------------------|----------|--|
| Opções de pesquisa: | | | | |
| <input type="radio"/> Nome <input checked="" type="radio"/> Local de trabalho <input type="radio"/> Comarca do estado | | | | |
| Informe local de trabalho para pesquisa: | | | | |
| <input type="text" value="1ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua"/> <input type="button" value="Q"/> | | | | |
| SubÁrea | Juizado Especial | | | |
| Lotação | 1ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua | | | |
| Gestor(a) | Alan Brabo de Oliveira | | | |
| Localização | | | | |
| Telefones | (91) 3263-5344 | | | |
| E-mail Institucional | | | | |
| Juiz Titular | Rosa Maria Moreira da Fonseca | | | |
| Nome | Vínculo | Grupo | Situação | |
| Alan Brabo de Oliveira | Efetivo | Analista Judiciário | Normal | |
| Andreson Gabriel Ribeiro da Silva | Estagiário | Estagiário | Normal | |
| Danielle de Sena Andrade | Estagiário | Estagiário | Normal | |
| Diana Assis de Sousa | Efetivo | Analista Judiciário | Normal | |
| Klebia Sílvia Nogueira Nunes Oliveira | Efetivo | Auxiliar Judiciário | Normal | |
| Marcos Jose Gomes Rodrigues | Efetivo | Analista Judiciário | Normal | |
| Rosa Maria Moreira da Fonseca | Magistrados | | Normal | |
| Rosalina Maciel de Lima | Efetivo | Analista Judiciário | Normal | |
| Samara Gimenes Carvalho | Efetivo | Analista Judiciário | Normal | |

| Informações Gerenciais de Pessoal - IGP | | | | |
|---|---|--------------|----------|--|
| Opções de pesquisa: | | | | |
| <input type="radio"/> Nome <input checked="" type="radio"/> Local de trabalho <input type="radio"/> Comarca do estado | | | | |
| Informe local de trabalho para pesquisa: | | | | |
| <input type="text" value="Gabinete da 1ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua"/> <input type="button" value="Q"/> | | | | |
| SubÁrea | Juizado Especial | | | |
| Lotação | Gabinete da 1ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua | | | |
| Gestor(a) | Carlos Magno Gomes de Oliveira | | | |
| Localização | | | | |
| Telefones | (91) 3263-5344 | | | |
| E-mail Institucional | | | | |
| Nome | Vínculo | Grupo | Situação | |
| Larissa Brito Romao | Exclusivamente Comissionado | Comissionado | Normal | |

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

A Unidade informou que havia servidor em regime de teletrabalho, e que a produção é acompanhada e controlada pelo Painel de Atividade do TJPA.

Com Metas diárias:

-Dez minutos de quaisquer atos decisórios, em especial das tarefas de desarquivamento, prevenção, liberação de alvarás, liminar e tutela, despacho de carta precatória, ato de decisão

-Mensais: 180 minutos e Bimestrais: 340 minutos de quaisquer atos decisórios

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses).

O acompanhamento é feito pelo Painel de Gestão de Atividade - TJPA, porém sem controle efetivo das atividades desenvolvidas por cada servidor.

Figura2 – Produtividade do pessoal da Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Ressaltar **pontos positivos**: integração, engajamento e motivação dos servidores e magistrado, se apresentaram-se solícitos e dispostos a realizar adaptações para melhorar o desempenho da unidade etc.);
- Identificar **Pontos negativos** que necessitam melhorar, verificou-se que a falta de monitoramento e reavaliação do plano e distribuição que metas **pré-definidas, um planejamento das tarefas a serem executadas pelos servidores em regime de trabalho presencial**. Uma vez que não há clareza das atribuições, torna-se mais difícil planejar os afazeres diários, o que acarreta prejuízo ao desempenho dos servidores).

2.4. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas no plano de ação para 2023?

O acompanhamento da produtividade dá-se em função dos painéis de gestão, não foi apresentado Plano de Ação.

Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

Sobre o Plano de trabalho de 2024:

- A unidade foi orientada a elaborar o Plano de Ação para 2024, que deverá ser apresentado na correição ordinária do próximo exercício, até 15 de fevereiro de 2024;
- Deverá constar coluna específica para o monitoramento e avaliação periódica do plano, visando sua readequação, caso necessário, bem espaço para anotação das intercorrências havidas no período (ex. férias do magistrado, servidores, licenças etc.);
- Foi esclarecido que a unidade pode buscar apoio do Departamento de Gestão e Estatística – DPGE para elaboração do Plano;
- No plano deve, sempre que possível, prevalecer a individualização de tarefas entre a equipe, incluindo o magistrado, atentando para o aproveitamento da melhor habilidade de cada servidor.
- O Plano deve considerar o cumprimento das principais metas (Metas 1; Meta2 e diminuição de percentuais (0%) do prazo de paralisação dos processos);
- A descrição do plano deve, entre outros objetivos configurar orientação de gestão no desenvolvimento dos trabalhos, afim de promover agilidade de análise dos processos.



2.5. Quais cursos ofertados Escola Judicial já foram realizados pelos servidores da comarca? Informar nome do servidor, curso e data de realização.

Realizados nos últimos 12 meses:

Klébia Silvia N. Oliveira – Litigância Predatória e Estrutural – 16/06 a 20/06/2023

Klébia Silvia N. Oliveira – Pós-graduação em Processo Civil – 06/02/2023 (em andamento).

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Não houve. Contudo foi observado as péssimas condições do fogão a Gás instalado na cozinha do Prédio que serve as Varas dos Juizados (1ª e 2ª) totalmente enferrujado e com acendedores furados.

RECOMENDOU-SE a solicitação de novo eletrodoméstico.

Foto3- Fogão a Gás do Prédio do Juizado





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

***Data de coleta de dados pela Unidade:** 04/10/2023.

Data da primeira coleta de dados pela CGJ: 27/10/2023

| DADOS PROCESSUAIS | TOTAL NO PERÍODO DA EXTRAÇÃO DOS DADOS | TOTAL NA DATA INSPEÇÃO |
|--|--|------------------------|
| Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total) | 2.235 | 2.261 |
| Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente | 108 | 55 |
| Total do acervo com prioridade | 243 | 242 |
| Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, | 20 | 18 |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

| | | |
|--|-------|-------|
| sobrestados e arquivados provisoriamente) | | |
| Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) | 1.337 | 1.363 |
| Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias | 743 | 749 |
| Total de processos envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias | 30 | 48 |

A coleta de dados pela unidade e preliminarmente pela CGJ dão conta de um número elevado de processos conclusos em gabinete, incluindo ainda processos prioritários. O PP+100 da unidade é de 34% em 16/10/2023.

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

| PROCESSOS JUDICIAIS | TOTAL NO PERÍODO DA EXTRAÇÃO DOS DADOS | TOTAL NA DATA INSPEÇÃO |
|---|--|------------------------|
| Total de processos distribuídos e redistribuídos | 510 | 508 |
| Total de processos julgados | 509 | 159 |
| Total de processos baixados definitivamente do acervo | 396 | 388 |

Figura7 - Entrada de Feitos - Print de tela de PGJ

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

ANANINDEUA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA

ENTRADA DE FEITOS
464

Resumo de entrada de feitos judiciais na unidade

| CATEGORIA/FASE/AREA | DISTRIBUIÇÃO | Mudança de Classe Processual | Redistribuição | Total |
|---------------------|--------------|------------------------------|----------------|------------|
| CARTAS PRECATÓRIAS | 10 | | | 10 |
| CONHECIMENTO CIVEL | 282 | | 10 | 292 |
| EXECUÇÃO CIVEL | 145 | 10 | 7 | 162 |
| Total | 437 | 10 | 17 | 464 |

Selecione um período:
25/07/2023 25/10/2023

Figura8 - Processos Baixados - Print Painel do PIB

PIB 2023 - RESULTADO FINAL

| DECOMARCA | DEUNIDADE | META DE BAIX. | BAIXAS | CUMPRIMENTO |
|------------|---|---------------|--------|-------------|
| ANANINDEUA | 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA | 1.479 | 1.399 | 94,60% |

PIB 2022 – Resultado Final

| | | | | |
|----------------|--|-------|-------|--------|
| ANANINDEU A | 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA | 2.186 | 2.028 | 92,78% |
|----------------|--|-------|-------|--------|

Observação da CGA: A Unidade não alcançou a meta do PIB em 2022 e 2023.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

| ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS): | TOTAL NO PERÍODO DA EXTRAÇÃO DOS DADOS | TOTAL NA DATA INSPEÇÃO |
|------------------------------------|--|------------------------|
| Decisões | 472 | 415 |
| Despachos | 331 | 318 |
| Sentenças com resolução de mérito | 243 | 283 |
| Sentenças sem resolução de mérito | 266 | 251 |
| Audiências realizadas | 359 | 383 |

Figura9 - Produtividade do Magistrados- *Print* de tela do PGJ

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

ANANINDEUA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA

| NOME | DESPACHOS | DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS | TOTAL DE SENTENÇAS | SENTENÇAS HOMOLOGADAS |
|--|------------|--------------------------|--------------------|-----------------------|
| ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECA | 249 | 439 | 392 | |
| VIVIANE MONTEIRO FERNANDES AUGUSTO DA LUZ | 68 | 59 | 85 | |
| LUIS AUGUSTO DA ENCARNACAO MENNA BARRETO PEREIRA | 1 | | | |
| Total | 318 | 498 | 477 | |

MOVIMENTAÇÕES DO GABINETE

Selecione um período: 25/07/2023 25/10/2023

Figura10 - Ambiente de Rel. "Audiências" - *Print* do PGJ

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

ANANINDEUA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA

TAXA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS
81%

Data da audiência: 25/07/2023 25/10/2023

| Nº PROCESSO | CÓD. CLASSE | CLASSE | DATA |
|----------------------|-------------|----------------------------------|-----------------|
| 08215970720238140006 | 92 | DESPEJO | 10/10/2023 18:4 |
| 08187088020238140006 | 37 | Embargos de Terceiro Cível | 31/08/2023 22:1 |
| 08218612420238140006 | 37 | Embargos de Terceiro Cível | 15/10/2023 13:3 |
| 08022198120168140953 | 159 | EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL | 20/10/2023 11:2 |
| 08031377420208140006 | 159 | EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL | 20/10/2023 09:5 |

| TIPO DE AUDIÊNCIA | QUANTIDADE |
|------------------------------|------------|
| AUDIENCIAS_DESIGNADAS | 470 |
| AUDIENCIAS_MARCADAS_DTEVENTO | 443 |
| AUDIENCIAS_REALIZADAS | 383 |

AUDIÊNCIAS

Assinante: Todos

4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

A unidade **não publica a produtividade** dos servidores no quadro de avisos do Fórum, sendo publicado somente os índices alcançados das metas 01 e 02.

Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- A equipe foi orientada quanto aos benefícios de publicar os resultados alcançados no cumprimento das metas nacionais e também produtividade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

mensal dos servidores, a fim de dar transparência aos jurisdicionados quanto aos processos movimentados e tarefas executadas.

RECOMENDOU-SE que a produtividade dos servidores, extraída do Painel de Gestão de Atividades no PGJ, seja afixada mensalmente no quadro de avisos do Fórum, com intuito de dar visibilidade quanto aos serviços prestados.

4.5. É realizado acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

O controle é feito, porém, sobre a lista de processos paralisados entre 90 a 100 dias.

Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

-Foi reforçada a importância na gestão dos processos paralisados, havendo orientação para que seja extraída a lista do Painel de Gestão Judiciária e o controle seja realizado por dois ou três servidores, que deverão atuar nos processos paralisados há 70/80 e 100 dias a fim de evitar a paralisação de novos processos;
-Além disso, **orienta-se realizar o gerenciamento da pauta de audiência** evitando o alongamento por vários meses seguintes, bem como evitar a expedição de mandados com audiência designada há mais de três meses, a fim de impedir que entrem nos processos paralisados há mais de 100 dias.

5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2023:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade? Anexar.

Não foi apresentado plano de gestão, informou que a magistrada realiza reuniões mensais para o acompanhamento e estabelecimento de metas a alcançar.

5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (gestão judiciária)?

Foi informado 132 processos. Na ocasião da inspeção haviam 131 processos.

5.3. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

Havia 48 processos: Tema 264 – Expurgos Inflacionários

5.4. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)

Os julgamentos são retomados logo após a comunicação do julgamento definitivo do Tema.

5.5. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

Site do STF, no caso concreto, a cada mês.

Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

A equipe foi orientada a fazer o acompanhamento via NUGEPNAC recebido diretamente no e-mail do Juizado que é aberto diariamente, sendo fornecido o *link* para Assessora Larissa.

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Sobre o Fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

| | | |
|----|-------------------------------------|--|
| a. | <input checked="" type="checkbox"/> | Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais; |
| b. | <input checked="" type="checkbox"/> | Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete; |
| c. | <input checked="" type="checkbox"/> | Movimentação processual; |
| d. | <input type="checkbox"/> | Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria; |
| e. | <input type="checkbox"/> | Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe |
| f. | <input checked="" type="checkbox"/> | Controle dos prazos e imediata certificação |

6.2. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE COR n. 0002009-73.2.00.0814)

Foi informado os processos:

0813820-44.2018.8.14.006

0813373-56.2018.8.14.006

0813336-92.2019.8.14.006

Observação, Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- Orientou-se aos gestores que verifique a planilha de processos suspensos, disponível do Painel de Gestão Judiciária, a fim de consultá-los individualmente no PJE para verificar quais já se encontram em tramitação;
- **Constatado o prosseguimento do feito, a Secretaria deverá realizar o levantamento da suspensão utilizando os movimentos indicados na Nota Técnica do DPGE, anexa ao Ofício Circular 048/2022-CGJ, quais sejam: 1) movimentos específicos da hierarquia do código 14974 (Levantamento da causa suspensiva ou de sobrestamento); 2) quando o magistrado determinar**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

expressamente o levantamento da suspensão, com conseguinte cumprimento pela secretaria (**Código 12066**);

- Além disso orienta-se que seja realizada uma análise qualitativa nos processos do PJe da Tarefa “Processo suspenso”, a fim de verificar se constam da lista de processos suspensos do PGJ; em caso negativo o processo deve ser concluso para que o **gabinete realize o cadastro do ato judicial com o código correto de suspensão no PJe (um dos movimentos da hierarquia 025 ou 11025**;
- Orienta-se também para que os processos **suspensos, sobrestados** e os **arquivados provisoriamente** sejam encaminhados corretamente para as Tarefas correspondentes no Pje a fim de dá mais transparência e realizar o efetivo controle na localização desses processos;
- A Corregedoria orientou sobre a importância de utilizar os movimentos corretos no ato judicial que determina a suspensão, a fim de que os processos não caiam nos paralisados há mais de cem dias; bem como no levantamento da suspensão, pois do contrário interfere na produtividade do magistrado e índices da unidade, uma vez que a sentença e baixa processual nos processos suspensos não contabilizam.

RECOMENDOU-SE a equipe:

- que a **decisão/despacho de suspensão/sobrestamento** seja cadastrada pelo gabinete utilizando um dos movimentos do código 025 (decisão) ou 11025 (despacho) da TPU.
- que o levantamento da suspensão seja realizado pela Secretaria da unidade, devendo utilizar os seguintes movimentos:
 - 1) 12066 – cumprimento de levantamento da suspensão (caso geral);
 - 2) 14974 – Levantamento da causa suspensiva ou de sobrestamento (casos específicos).

Figura14 – Orientação do DPGE s/ Movimentos p/Suspensão de Processos

| MOVIMENTOS QUE SUSPENDEM OU SOBRESTAM O PROCESSO | |
|---|---|
| Decisões Interlocutórias | Despachos |
| 25 SUSPENSÃO OU SOBRESTAMENTO | 11025 SUSPENSÃO OU SOBRESTAMENTO |
| 272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou declaração incidente | 11012 Conflito de Competência |
| 276 Execução frustrada | 11013 Convenção das Partes |
| 275 Força maior | 11014 Convenção das Partes para Cumprimento Voluntário da obrigação |
| 12098 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas | 11016 Exceção da Verdade |
| 11792 Livramento Condicional | 11015 Exceção de Incompetência, suspeição ou Impedimento |
| 268 Morte ou perda da capacidade | 11017 Incidente de Insanidade Mental |
| 14971 Por Ação de Controle Concentrado de Constitucionalidade | 15009 Por Impedimento ou Suspeição |
| 14970 Por Controvérsia | 11018 Recebimento de Embargos à Execução |
| 12100 Por decisão do Presidente do STF - SIRDR | |
| 12099 Por decisão do Presidente do STJ - SIRDR | |
| 14972 Por Decisão do Presidente do TST - SIRDR | |
| 898 Por decisão judicial | |
| 14969 Por Grupo de Representativos | |
| 14968 Por Incidente de Assunção de Competência - IAC | |
| 14973 Por Recurso de Revista Repetitiva | |
| 12259 Prescrição intercorrente (art. 921, § 4º, CPC) | |
| 11975 Recurso Especial repetitivo | |
| 265 Recurso Extraordinário com repercussão geral | |
| 263 Réu revel citado por edital | |
| 264 Suspensão Condicional do Processo | |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Figura15 – Orientação do DPGE s/Levantamento de Suspensão

| MOVIMENTOS DE LEVANTAMENTO DE SUSPENSÃO E DESOBESTAMENTO DO PROCESSO | |
|--|---|
| Caso Geral | |
| 12066 | Cumprimento de Levantamento da Suspensão |
| Casos Específicos | |
| 14974 | LEVANTAMENTO DA CAUSA SUSPENSIVA OU DE SOBRESTAMENTO |
| 14982 | Suspensão/Sobrestamento Determinada por Ação de Controle Concentrado de Constitucionalidade - STF |
| 14981 | Suspensão/Sobrestamento Determinada por Controvérsia |
| 14977 | Suspensão/Sobrestamento Determinada por Decisão do Presidente do STF - SIRDR |
| 14978 | Suspensão/Sobrestamento Determinada por Decisão do Presidente do STJ - SIRDR |
| 14983 | Suspensão/Sobrestamento Determinada por Decisão do Presidente do TST - SIRDR |
| 14980 | Suspensão/Sobrestamento Determinada por Grupo de Representativos |
| 14979 | Suspensão/Sobrestamento Determinada por Incidente de Assunção de Competência - IAC |
| 14984 | Suspensão/Sobrestamento Determinada por Recurso de Revista Repetitivo |
| 14985 | Suspensão/Sobrestamento por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas |
| 14976 | Suspensão/Sobrestamento por Recurso Especial Repetitivo |
| 14975 | Suspensão/Sobrestamento por Recurso Extraordinário com Repercussão Geral |

6.3. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados e destinados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Não se aplica a Unidade.

6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento, para permitir a automação na confecção de mandados e quaisquer naturezas de comunicação?

A atualização de dados cadastrais é realizada logo após o peticionamento:

Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- Foi reforçada a importância na gestão diária, por sugestão seja realizada por meio da aba “Agrupadores”, de atualização de dados cadastrais no sistema PJe, tão logo o servidor tome ciência da alteração de dados por meio de peticionamento e/ou certidão do oficial de justiça, bem como sejam verificados e atualizados os dados cadastrais pela Secretaria e Gabinete sempre que seja necessário fazer alguma movimentação, cumprimento de diligência ou proferir ato judicial.

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

Unidade não respondeu. Porém consultado o Painel de Gestão Judiciária, com o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

parâmetro “um mês”, apurou-se:

| | |
|---|-----|
| Petições Avulsas não lidas | 144 |
| Processos com habilitações nos autos não lidas | 52 |
| Documentos não lidos | 625 |
| Mandados devolvidos pelo oficial de justiça | 18 |
| Processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciado | 113 |
| Processos sob análise de prevenção | 26 |
| TOTAL | 978 |

RECOMENDOU-SE:

- leitura diária dos agrupadores para conhecimento, análise e movimentação das petições, habilitações, documentos não lidos, verificação dos mandados devolvidos pelos oficiais de justiça, apreciação dos pedidos de assistência judiciária gratuita e análise de prevenção;
- após a leitura do documento e/ou movimentação do processo, seja retirada de destaque dos agrupadores, haja vista que a saída não é automática.

6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Não se aplica a Unidade.

6.7. A remessa de processo no PJE está sendo motivada? Apontar 1 amostragem.

Foi informado o Processo 0802961-32.2019.8.14.0006, remessa motivada.

6.8. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Nenhum.

6.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

No mês anterior da Inspeção (setembro) foram baixados 127 processos, contudo não conseguiu o comprimento da meta do PIB em 2023.

6.10. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Informado 3 (três) processos.

RECOMENDOU-SE:

Foi reforçado a Secretaria para que sempre realize os atos necessários e regulares para movimentação dos processos com prioridade legal que aguardam cumprimento de ato judicial de modo que continue a não permitir a paralisação há mais de cem dias.

Consultado o Painel de Gestão Judiciária verifica-se 18 processos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

< Voltar ao relatório

LISTA DE PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS

| Nº DO PROCESSO | ANO DO PROCESSO | TEMPO DE PARALISAÇÃO | SITUAÇÃO | SISTEMA | IDCLASSE | CL |
|----------------------|-----------------|----------------------|--------------|---------|----------|-------------------|
| 08042462620208140006 | 2020 | 675 | JULGADO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08095769620238140006 | 2023 | 140 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08105711220238140006 | 2023 | 134 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08100965620238140006 | 2023 | 133 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08125596820238140006 | 2023 | 121 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08117663220238140006 | 2023 | 117 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08119716120238140006 | 2023 | 116 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08211999420228140006 | 2022 | 115 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08125207120238140006 | 2023 | 113 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08105053220238140006 | 2023 | 112 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08004407520238140006 | 2023 | 111 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08005187420208140006 | 2020 | 110 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 159 | EXECUÇÃO DE TÍT |
| 08036642120238140006 | 2023 | 109 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08120460320238140006 | 2023 | 108 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08139332220238140006 | 2023 | 108 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08004476720238140006 | 2023 | 105 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08124453220238140006 | 2023 | 105 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |
| 08134448220238140006 | 2023 | 104 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 436 | Procedimento do . |

6.11. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? (Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)

O atendimento ao público é realizado de forma presencial (no balcão da Secretaria), por telefone, por e-mail e pelo balcão virtual.

Observações da Corregedoria durante a inspeção:

- A equipe foi orientada, dentro do possível, a canalizar o atendimento ao público para o balcão virtual, e incentivar os advogados ao acompanhamento dos processos por meio do Sistema PJe.

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

É adotado pela unidade modelo de mandado, mas normalmente usa o despacho/mandado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

RECOMENDOU-SE:

- A padronização de modelos dos mandados e demais documentos expedidos pela Secretaria (certidões, atos ordinatórios etc.) devendo eles estarem cadastrados no PJe com a utilização de variáveis a fim de dar celeridade a prática dos atos de secretaria e evitar utilização de modelos diversos para o mesmo ato.

7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.

Havia 03 mandados: Processos 0801646-27.2023.8.14.0006, 0810661-20.2023.8.14.0006 e 0828059-14.2022.8.14.0006, sendo observado as seguintes situações:

- 0801646-27.2023.8.14.0006: distribuído ao Oficial de Justiça em 31/08/2023 e ainda não devolvido.
- 0810661-20.2023.8.14.0006: por inconsistência do PJE não foi corretamente enviado à Central de Mandados. Nova remessa realizada nesta data.
- 0828059-14.2022.8.14.0006: por inconsistência do PJE não foi corretamente enviado à Central de Mandados. Nova remessa realizada nesta data.

RECOMENDOU-SE:

- Foi reforçado ao Diretor de Secretaria que realize a cobrança dos mandados com prazo extrapolado, exceto prorrogado judicialmente, mediante ofício encaminhado à Central de Mandados.
- Orientou-se, ainda o acompanhamento dos mandados via Painel de Acompanhamento de Mandados- TJPA, publicado no site do TJPA (Coordenadoria de estatística).

Figura19 - Print de tela do Painel de Acompanhamento de Mandados-TJPA



7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

A antecedência mínima praticada pela Unidade é de 4 (quatro) meses.

RECOMENDOU-SE a Unidade que os mandados sejam enviados com antecedência mínima de 40 dias à central de mandados, em cumprimento ao disposto no art. 9º, III, do Provimento Conjunto nº 009/2019 – CJRMB/CJCI.



8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial? Com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, semipresencial e videoconferência.

Sim, em setembro/2023 foram realizadas 124 audiências, sendo que a maior parte foi realizada por videoconferência (68) ou de forma semipresencial (46) e 10 presenciais.

8.2. A Unidade realiza audiência Una (conciliação, instrução e julgamento)? Quantas audiências desta natureza foram realizadas no mês anterior ao da inspeção? E quantas estão designadas para o mês atual?

A Unidade não realizava audiências UNA, salvo em situações excepcionais, como de prioridade e em processos de execução de Título Extrajudicial.

RECOMENDOU-SE ao Gabinete incrementar a pauta de audiência de instrução e julgamento para que sejam **realizadas** mensalmente o número de audiências correspondente à média de processos distribuídos nos últimos 03 (três) meses, não permitindo alongamento da pauta para outros meses, utilizando como parâmetro mínimo de 90 audiências de instrução e justificação por mês.

8.3. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?

O cadastro é feito pela secretaria, sendo que as de conciliação é marcada pelo sistema.

RECOMENDOU-SE que fosse retirada a marcação via sistema e que a organização da pauta fosse por matéria.

8.4. Quantas audiências são designadas diariamente? Para qual data está pautada a audiência mais distante? Anexar pauta.

Por dia: 04 audiências de instrução e 06 de conciliação. Audiência de conciliação com pauta até 25/03/24 e Instrução até 05/12/2023.

RECOMENDOU-SE a equipe a gestão da pauta de audiências no PJe, com registro de imediato da realização ou não, para a correta estatística do Painel de Gestão Judiciário, visto que a contagem de audiência é pelo mês do registro no sistema.

8.5. Em média, quanto tempo leva para realização da audiência, após o ajuizamento da inicial?

Conciliação: média de 04 meses. Instrução: média de 02 meses após audiência de conciliação.

8.6. Em caso de redesignação de audiência, qual o tempo médio para que seja efetivamente realizada?

Média de 03 meses.

8.7. Quando há necessidade de reagendamento ou de suspensão e prosseguimento de audiência em outra data, esta fica designada no termo e todos saem cientes?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Sim.

8.8. A Unidade conta com a atuação de conciliadores ou mediadores treinados e com formação? Quantos? Identifique. Caso não tenha, é solicitada designação de conciliador indicado pelo CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

Apenas um conciliador, sem formação. As audiências de conciliação são realizadas por servidor da Vara, informou também que os processos enviados a CEJUSC eram devolvidos.

RECOMENDOU-SE:

- A equipe a **encaminhar solicitação de cooperação** para o **NUPEMEC**.
- A Criação de uma Sala Passiva na Unidade.

8.9. Antes de iniciada audiência de instrução e julgamento é feita tentativa de conciliação? E após o fim da audiência de instrução, é dada oportunidade às partes conciliarem?

Sim, sempre.

8.10. Consta pedido de tutela pendentes de análise há mais de 05 (cinco) dias? Identifique os números dos processos.

Não consta.

8.11. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Sim, mas todos já recebendo os despachos/decisões/sentenças necessários. Consultando (CGJ) o Painel de Gestão Judiciário, foi detectado 48 processos de prioridade paralisado no Gabinete, o quadro abaixo consta os 10 (dez) mais antigos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

< Voltar ao relatório | LISTA DE PROCESSOS PARALISA

| Nº DO PROCESSO | ANO DO PROCESSO | TEMPO DE PARALISAÇÃO |
|----------------------|-----------------|----------------------|
| 08047844120198140006 | 2019 | 1517 |
| 08098511620218140006 | 2021 | 816 |
| 08106018620198140006 | 2019 | 609 |
| 08036077120218140006 | 2021 | 587 |
| 08048548720218140006 | 2021 | 566 |
| 08137941220198140006 | 2019 | 566 |
| 08086615220208140006 | 2020 | 529 |
| 08153308720218140006 | 2021 | 516 |
| 08082463520218140006 | 2021 | 506 |
| 08158357820218140006 | 2021 | 417 |

8.12. Como é feito o acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação? É utilizada a listagem do PGJ (Painel de Gestão Judiciária)?

Sim, acompanhamento semanal através do Painel de Gestão Judiciária.

Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- Foi reforçada a importância na gestão dos processos paralisados, havendo orientação para que seja extraída a lista do Painel de Gestão Judiciária e o controle seja realizado por dois ou três servidores, que deverão atuar nos processos paralisados há 70/80 e 100 dias a fim de evitar a paralisação de novos processos;
- Além disso, **orienta-se realizar o gerenciamento da pauta de audiência** evitando o alongamento por vários meses seguintes, bem como evitar a expedição de mandados com audiência designada há mais de três meses, a fim de impedir que entrem nos processos paralisados há mais de 100 dias.

8.13. Qual o tempo médio de duração do processo contado a partir do ajuizamento da ação até a prolação da sentença?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

06 a 08 meses.

8.14. Há decisão de urgência aguardando expedição de ato pela Secretaria da Unidade? Quantos?

Não há.

9. CORREIÇÃO ANUAL:

9.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial. Identificar o número do PJECor:

Abril/2023. PJE COR nº 0001438-68.2023.2.00.0814.

9.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral? Quais?

A Unidade respondeu que as recomendações de fevereiro de 2020, encaminhadas em julho de 2020 foram devidamente cumpridas. Porém não se manifestou sobre as de 2023.

SILVIA MARA BENTES

DE SOUZA COSTA:4596

Assinado de forma digital por SILVIA
MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2024.02.27 12:04:06 -03'00'

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA

Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça

Eliana Conceição Vasques da Silva Pereira

Técnica da CGJ- CRC/PA 6034

Anexos:

- 1- Plano Individual de Teletrabalho**
- 2- Pauta de Audiência;**
- 3- Modelo de mandado (PJE)**